

# POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS DE CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL DE 2020-2023

**Carolina Guimarães de Souza Dias**

<https://orcid.org/0000-0002-0478-8777>.

diascarolinags@gmail.com.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) |

<https://ror.org/03490as77> | Rio de Janeiro, Brasil.

---

Pesquisa realizada com apoio da CAPES

**Eixo temático:** Acesso Aberto, Ciência Aberta e Dados Abertos

**Modalidade:** Resumo expandido

**DOI:** 10.22477/ix.ebbc.233

**Resumo:** A disseminação da ciência aberta depende de políticas públicas e institucionais, e diversos países e instituições já possuem ações concretas nesse sentido, o Brasil inclusive. Este estudo realiza um mapeamento das iniciativas da administração pública federal brasileira e das fundações de amparo à pesquisa estaduais entre 2020-2023. Baseado em pesquisa documental, o levantamento mostra que o país segue sem uma política federal sobre o tema, que as ações governamentais continuam associadas aos planos de Governo Aberto e protagonizadas pelo Ibict, Fiocruz, Fapesp e CNPq, com participação tímida, mas crescente, das universidades federais do sudeste do país.

**Palavras-Chave:** Ciência aberta. Políticas públicas. Políticas Institucionais. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência aberta está na pauta do debate acadêmico e político. Segundo a recomendação da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco, 2022), a ciência aberta corresponde a múltiplos movimentos, práticas e recursos para tornar o conhecimento científico mais acessível, verificável e reutilizável, e aumentar a colaboração, a transparência e a inclusão na condução das pesquisas científicas. Segundo taxonomia de Silveira *et al.* (2023), os pilares das bases operacionais da ciência aberta incluem acesso aberto, dados de pesquisa abertos, investigação aberta reproduzível, avaliação aberta, políticas e diretrizes, educação aberta, inovação aberta, infraestruturas de pesquisa abertas, ciência cidadã e diálogo com outros sistemas de conhecimento.

O avanço das práticas de ciência aberta passa necessariamente pela existência de políticas públicas e institucionais (Persic *et al.*, 2021; Science Europe, 2021, 2022). Diversos países desenvolvidos têm planos e políticas nacionais voltados para o tema em andamento há pelo menos uma década, segundo os estudos de Abadal e Anglada (2021), Santos, Almeida e Henning (2017), Trinca e Albagli (2023). Na América Latina e Caribe também se registram ações e políticas no âmbito governamental e institucional com foco em ciência aberta segundo Babini e Rovelli (2020) e Trinca e Albagli (2023).

Sobre o Brasil, os mapeamentos de Araújo (2020), Babini e Rovelli (2020), Rezende e Abadal (2020), Ribeiro (2022) e Santos, Almeida e Henning (2017) trouxeram resultados bastante convergentes. Em comum, apontaram a ausência, até 2022, de uma política pública federal de ciência aberta e a existência de ações institucionais isoladas por parte de entidades federais, estaduais e civis, com destaque para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a SciELO. Apontaram que muitas ações do governo federal decorrem da participação do país na *Open Government Partnership* (OGP) e dos planos de ação brasileiro para Governo Aberto, como a implementação da política de dados abertos do Poder Executivo Federal (Brasil, 2016b) e a criação de um grupo de trabalho para elaboração de proposta de lei federal de ciência aberta (Brasil, 2019).

Tomando como referência os estudos de Araújo (2020), Babini e Rovelli (2020), Rezende e Abadal (2020) e Ribeiro (2022), questiona-se *qual a situação atual das políticas públicas e institucionais no âmbito federal e das agências de fomento, de apoio à ciência aberta no país*. O presente estudo visa mapear as políticas públicas e institucionais de ciência aberta implementadas por órgãos da administração direta e indireta, universidades e unidades de pesquisa federais e pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) de 2020-2023 e, assim, produzir novos conhecimentos sobre o estado atual dos marcos regulatórios brasileiros de ciência aberta e fomentar o debate acerca de seu papel no avanço da ciência aberta no país.

## 2 METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo baseado em pesquisa documental. Tem como fontes documentos de política, atos normativos e outras informações oficiais do governo federal brasileiro, publicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de De-

senvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 69 universidades federais, 18 unidades de pesquisa federais e 27 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). A coleta de dados ocorreu entre 02/01/2024 e 23/01/2024.

No Diário Oficial da União (DOU), buscaram-se atos normativos contendo “ciência aberta” publicados entre 01/01/2020 e 05/01/2024. No portal do governo federal, pesquisou-se por serviços e notícias contendo “ciência aberta” publicados de 2020 a 2023. Nas páginas do CNPq, CAPES e MCTI, dentro do portal do governo federal, foram coletados os relatórios de gestão, planejamentos estratégicos e documentos de políticas, se existentes, com vigência no período de 2020 a 2023. Nas páginas das 27 FAPs, buscou-se por atos normativos, documentos de política e notícias contendo “ciência aberta” publicados também de 2020 a 2023. Nas páginas das 69 universidades e 18 unidades de pesquisa federais, buscaram-se serviços, notícias, documentos de política e documentos oficiais contendo “ciência aberta” publicados de 2020 a 2023. A lista completa das fontes de informação e das páginas eletrônicas consultadas, bem como os resultados da pesquisa no Diário Oficial da União encontram disponíveis no Zenodo<sup>1</sup>.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa documental no DOU encontrou 56 publicações, entre leis, portarias, resoluções, editais, despachos e outros atos administrativos. A busca na página eletrônica das universidades e unidades de pesquisa federais retornou 240 documentos, entre Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), relatórios de gestão, relatórios de autoavaliação, regimentos de pós-graduação e pesquisa e similares. Dentro do portal do governo federal, foram extraídos 13 relatórios de gestão e dois documentos de política das páginas do CNPq, CAPES e MCTI, além de quatro documentos de política relacionados ao 4º e ao 5º plano de Governo Aberto. A busca nas páginas das FAPs retornou 17 documentos, entre relatórios de gestão, planos estratégicos, editais e documentos de política. No total, foram capturados e analisados 330 documentos.

A partir da leitura e exame dos documentos encontrados, constatou-se que o Brasil segue sem uma política federal formalizada para a ciência aberta. O GT criado para elaborar uma proposta de lei de ciência aberta (Brasil, 2019) não prosperou, dado que não se encontraram evidências de atividades dele. A política científica vigente, “A estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022” (Brasil, 2016a), não faz qualquer menção à ciência aberta. Porém, esta constitui um dos princípios gerais e uma prioridade da Política de Cooperação Internacional do MCTI (Brasil, 2022e, 2022d). Também serve de referência para a produção de conhecimentos científicos abertos enquanto estratégia prioritária da Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023a).

Como apontado por Araújo (2020), Rezende e Abadal (2020) e Ribeiro (2022), as ações do governo federal relacionadas à ciência aberta seguem muito atreladas às iniciativas do Governo Aberto. No período analisado, o 4º Plano (2018-2021) resultou na criação do Consórcio Nacional para Ciência Aberta, no edital para formação da rede de repositórios de dados e no lançamento do *Lattes Data* (Brasil, 2021a, 2022a, 2022b, Ibict, 2022; RNP, 2021). Depois veio o 5º Plano (2021-2023), que gerou como compromis-

---

<sup>1</sup> Disponível no link: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10620665>.

so a construção de um modelo de avaliação para fomentar a ciência aberta no país sob a coordenação do Ibict (Brasil, 2021b), resultando no lançamento do Observatório de Ciência Aberta do Brasil, a ser operado pelo SciELO e coordenado pelo CNPq e diversas entidades federais parceiras (SciELO, 2023). Em andamento, o 6º Plano (2023-2027) também traz tema diretamente relacionado à ciência aberta: “Transparência, participação e colaboração na pesquisa e produção científica” (Brasil, 2024).

Sem dúvida, o Ibict é a entidade federal com maior protagonismo na promoção da ciência aberta no país. Seu Plano Diretor 2018-2022 (Ibict, 2017) estabelece o fomento à ciência aberta como linha de ação estratégica; seu regimento inclui as atribuições de promover estudos para criar produtos e serviços de apoio à ciência aberta e dar suporte técnico e metodológico para instituições de ensino e pesquisa os adotarem (Brasil, 2022f). O regimento do CNPq também menciona o tema, mas entre as atribuições da área de cooperação internacional da agência (Brasil, 2022c). Não foram encontradas menções ao tema nos regimentos de outros órgãos da administração pública federal.

Destaca-se também a atuação da Fiocruz, com amplo conjunto de ações de ciência aberta e uma infraestrutura de apoio incluindo dois repositórios (Arca e Arca Dados), uma plataforma para recursos educacionais e uma ferramenta para elaboração de planos de gestão de dados (Fiocruz, 2024). Também o Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde tem agora entre suas atribuições promover a ciência aberta no Ministério da Saúde (Brasil, 2022g). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2019) também conta com uma política de governança de dados e conhecimentos pautada nos preceitos da ciência aberta. O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil, 2022h) e a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania também estimulam a adesão a práticas de ciência aberta (Brasil, 2023b).

Com relação às universidades federais, foram encontradas oito instituições com iniciativas e políticas mencionando o tema explicitamente:

- A Universidade Federal de Goiás (UFG) possui um Guia de Integridade Acadêmica que aborda tópicos relacionados ao tema (Universidade Federal de Goiás, 2022), dispõe de um repositório de dados de pesquisa e prevê, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, diversas ações de fomento a práticas de ciência aberta (Universidade Federal de Goiás, 2023), como o lançamento do Centro de Ciência Aberta em 2024 (Fernandes, 2023).
- A Universidade Federal do Ceará (UFC) (Universidade Federal do Ceará, 2023) menciona a ciência aberta ao divulgar seu repositório de dados de pesquisa em fase de testes.
- A Universidade Federal de Roraima (UFRR) menciona a ciência aberta em seu PDI 2021-2025 (Universidade Federal de Roraima, 2021) como marco conceitual para orientar as ações da rede de bibliotecas visando à disseminação da produção científica por meio da implantação do repositório institucional.
- A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) menciona o tema nas orientações sobre como preparar e gerenciar os conjuntos de dados para depósito em seu repositório de dados de pesquisa (Universidade Federal de São Carlos, 2024).
- A Universidade Federal do ABC (UFABC) traz a elaboração de uma política de ciência aberta

como uma das 51 ações prioritárias da gestão para 2023-2024 e possui uma página com explicações sobre o tema e suas políticas de repositório e dados abertos (Universidade Federal do ABC, 2022, 2024).

- A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio), em sua política de pesquisa, estimula o fomento a práticas de ciência aberta para assegurar a transparência na aplicação dos recursos públicos e garantir o acesso livre à produção e dados de pesquisa (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021).
- A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) possui guia próprio de boas práticas científicas que menciona o tema e aborda vários tópicos relacionados (Universidade Federal de Pelotas, 2020).
- A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em seu relatório da gestão 2022 e no PDI 2021-2025 (Universidade Federal de São Paulo, 2021, 2023), menciona o tema como referência para as políticas institucionais com foco em ampliar a geração de conhecimentos em acesso aberto, especialmente por meio de plataformas de acesso aberto e serviços de apoio oferecidos pela biblioteca.

Como constataram Rezende e Abadal (2020), a Fapesp segue sendo a única entidade do sistema Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) com uma política formalizada de ciência aberta. Além de página com conteúdos explicativos e material referencial sobre o tema, a agência possui uma política de acesso aberto, um código de boas práticas e um programa no seu canal do *Youtube* dedicado ao tema. A *SciELO* é também parte do sistema Fapesp e tem papel relevante no avanço da ciência aberta no Brasil (Fapesp, [20--] *online*). Em 2020, a entidade lançou o *SciELO Data*, para disseminação dos dados de pesquisa dos artigos depositados no *SciELO Preprints* e publicados na coleção (Santos; Tanigushi; Packer, 2022).

## CONCLUSÕES

Assim como constataram Araújo (2020), Babini e Rovelli (2020), Rezende e Abadal (2020) e Ribeiro (2022), este estudo mostra que o Brasil segue sem uma política nacional para ciência aberta, que as iniciativas federais são majoritariamente decorrentes dos planos de ação para Governo Aberto e capitaneadas pelo Ibict e a Fiocruz, com participação crescente do CNPq. Também se destaca a liderança das instituições do estado de São Paulo, uma vez que 1/3 das universidades e a única FAP com ações e políticas em ciência aberta mais estruturadas são desse estado.

O levantamento mostra que houve avanços no período de 2020-2023, como a menção à ciência aberta em políticas e programas federais recentes e em planos de desenvolvimento das instituições de ensino e pesquisa federais. No entanto, verifica-se que a maioria das universidades federais não possui políticas formalizadas de ciência aberta, o que pode ser reflexo da falta de mobilização das próprias agências de fomento – em especial, as FAPs –, considerando o papel indutor que elas têm na promoção da mudança comportamental e institucional em direção à disseminação das práticas de ciência aberta.

## REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest; ANGLADA, Lluís. Políticas de Ciencia Abierta en Europa. *In:* BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (coord.). **Sob a Lente da Ciência Aberta:** olhares de Portugal, Espanha e Brasil. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. Cap. 2. p. 45-66. (Conferências & Debates Interdisciplinares, 3). DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2022-0>. Disponível em: <http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/184/374/679-1>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ARAÚJO, Izabel Antonina de. **Políticas de acesso aberto à informação científica:** uma análise contrastiva entre Estados Unidos, Portugal e Brasil. 2020. 314 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35449>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 16 de diciembre, 2020. Buenos Aires: Clacso, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/tendencias-recientes-en-las-politicas-cientificas-de-ciencia-abierta-y-acceso-abierto-en-iberoamerica>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Consórcio Nacional para Ciência Aberta.** CNPq, 23 mar. 2022. Brasília, DF: CNPq, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/partnerias/cooperacao-internacional/consorcio-nacional-para-ciencia-aberta>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório de Gestão 2020.** Brasília, DF: CNPq, 2021a. Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/copy\\_of\\_Relatorio\\_de\\_Gestao\\_CNPq\\_2020.pdf](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/copy_of_Relatorio_de_Gestao_CNPq_2020.pdf). Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório de Gestão CNPq - 2021.** Brasília, DF: CNPq, 2022b. Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_CNPq\\_2021\\_v2\\_COCOM.pdf](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_CNPq_2021_v2_COCOM.pdf). Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto.** Brasília: CGU, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/5-plano-acao-nacional-30-03-2022.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **6º Plano de Ação Brasileiro:** Parceria para Governo Aberto. Brasília, DF: CGU, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**, edição 8-B, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jan. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.533-de-11-de-janeiro-de-2023-457334986>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Portaria CNPq nº 1.118, de 20 de outubro de 2022. **Diário Oficial da União**, edição

201, seção 1, p. 6, 21 out. 2022c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-1.118-de-20-de-outubro-de-2022-437946031>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portaria MCTI nº 5.720, de 25 de março de 2022. Dispõe sobre a Política de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Diário Oficial da União**, edição 61, seção 1, p. 36, 30 mar. 2022d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcti-n-5.720-de-25-de-marco-de-2022-389515944>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portaria MCTI nº 5.733, de 29 de março de 2022. Define as prioridades da cooperação internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), para o período 2022 -2023. **Diário Oficial da União**, edição 62, seção 1, p. 34, 31 mar. 2022e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcti-n-5.733-de-29-de-marco-de-2022-389882080>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portaria MCTI nº 6.565, de 22 de novembro de 2022. Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, edição 222, seção 1, p. 25, 25 nov. 2022f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcti-n-6.565-de-22-de-novembro-de-2022-446086053>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022**: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, DF: MCTI, 2016a. Disponível em: [http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16\\_03\\_2018\\_Estrategia\\_Nacional\\_de\\_Ciencia\\_Tecnologia\\_e\\_Inovacao\\_2016\\_2022.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf). Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria n. 3.679, de 7 de agosto de 2019. Dispõe sobre a recriação do grupo de trabalho para elaboração de proposta de política nacional para ciência aberta. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 156, p. 16, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.679-de-7-de-agosto-de-2019-210511903>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 4.021, de 16 de novembro de 2022. **Diário Oficial da União**, edição 217, seção 1, p. 89, 18 nov. 2022g. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm-ms-n-4.021-de-16-de-novembro-de-2022-444164573>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Resolução Normativa ANEEL nº 1.045, de 4 de outubro de 2022. Estabelece os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PROPDI do setor elétrico. **Diário Oficial da União**, edição 194, seção 1, p. 124, 11 out. 2022h. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-aneel-n-1.045-de-4-de-outubro-de-2022-435200032>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Portaria nº 762, de 7 de dezembro de 2023. Institui a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Diário Oficial da União**, edição 234, seção 1, p. 76, 11 dez. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-762-de-7-de-dezembro-de-2023-529544827>. Acesso

em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**, 12 maio 2016b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 5 jan. 2024.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Política de Governança de Dados, Informação e Conhecimento da Embrapa**. [Brasília, DF]: Embrapa, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/politica-de-governanca-de-dados-informacao-e-conhecimento>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERNANDES, Luis Fernando. UFG se prepara para lançar Centro de Ciência Aberta. **Jornal UFG**, Goiânia, 5 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/174984-ufg-se-prepara-para-lancar-centro-de-ciencia-aberta>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. **Open Science @ Fapesp**. São Paulo: Fapesp, [20--], *Online*. Disponível em: <https://www.fapesp.br/openscience>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Ciência aberta na Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/ciencia-aberta>. Acesso em: 5 jan. 2024.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Ciência Aberta - Lattes Data: repositório de dados de pesquisa busca reunir, armazenar e divulgar os conjuntos de dados científicos de pesquisadores. **Notícias IBICT**, 29 jun. 2022, atualizado em 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias-ibict/junho-2022/lattes-data-repositorio-de-dados-de-pesquisa-busca-reunir-armazenar-e-divulgar-os-conjuntos-de-dados-cientificos-de-pesquisadores>. Acesso em: 5 dez. 2023.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Plano Diretor da Unidade 2018-2022**. Brasília, DF: 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/documents-oficiais/PDU\\_2018\\_2022\\_Atualizado\\_em\\_janeiro\\_de\\_2020.pdf](https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/documents-oficiais/PDU_2018_2022_Atualizado_em_janeiro_de_2020.pdf). Acesso em: 5 jan. 2024.

PERSIC, Ana *et al.* The time for open science is now. In: SCHNEEGANS, Susan; STRAZA, Tiffany; LEWIS, Jake (ed.). **UNESCO Science Report: the race against time for smarter development**. Paris: UNESCO, 2021. p. 12-16. ISBN 978-92-3-100450-6. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377447>. Acesso em: 5 jan. 2024.

RNP. Rede Nacional de Pesquisa. **RNP, CNPq e IBICT lançam edital para ciência aberta**. Brasília, DF: RNP, 1 jul. 2021. *Online*. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/rnp-cnpq-e-ibict-lancam-edital-para-ciencia-aberta>. Acesso em: 5 jan. 2024.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues; ABADAL, Ernest. Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à Ciência Aberta. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 1-25, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e71370>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e71370/44034>. Acesso em: 5 jan. 2024.

RIBEIRO, Nivaldo Calixto. **Ciência Aberta em universidades públicas brasileiras**: políticas, ações e iniciativas. 2022. 371 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Gra-

duação em Gestão & Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50212>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANTOS, Paula Xavier dos; ALMEIDA, Bethânia de Araújo; HENNING, Patricia. **Livro Verde - Ciência aberta e dados abertos:** mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. 140 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24117>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANTOS, Solange; TANIGUSHI, Carolina; PACKER, Abel L. O repositório de dados SciELO Data em operação regular. **Scielo em Perspectiva**, August 24, 2022. Blog. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2022/08/24/o-repositorio-de-dados-scielo-data-em-operacao-regular>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SCIELO. **Seminário CNPQ - SciELO 25 Anos:** Modus Operandi de Comunicação de Pesquisas em Ciência Aberta. [São Paulo]: SciELO, 2023. Disponível em: <https://25.scielo.org/seminarios/ocabr>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SCIENCE EUROPE. Science Europe Direction Paper. Open science as part of a well-functioning research system. **Science Europe AISBL**, Brussels, October 19, 2022 version v1. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.7214936>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/7214936>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SCIENCE EUROPE. Science Europe Strategy Plan 2021-2026. **Science Europe**, June 17, 2021, version 1, 2021. *Online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.4911426>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/4911426>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SILVEIRA, Lúcia da *et al.* Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 28, p. 1-22, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712/53420>. Acesso em: 5 jan. 2024.

TRINCA, Tatiane Pacanaro; ALBAGLI, Sarita. Avaliação da pesquisa científica no âmbito das políticas nacionais de ciência aberta. **RDBCI - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 21, p. 1-26, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbc.v21i00.8673139>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbc/a/dqSBjHjKJ9fZGw6RRLfyKzj>. Acesso em: 5 jan. 2024.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta.** Paris: Unesco, 2022. 34 p. DOI: <https://doi.org/10.54677/XFFX334>. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por). Acesso em: 18 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Guia de integridade acadêmica.** [S. I.]: UFG, 2022. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/680/o/UFG\\_-\\_Guia\\_de\\_Integridade\\_Acadêmica.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/680/o/UFG_-_Guia_de_Integridade_Acadêmica.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027.** Goiânia: UFG, 2023. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/PDI\\_2023-2027\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/PDI_2023-2027_final.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Guia de Boas Práticas de Pesquisa na UFPel.** Pelotas: UFPel, 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prppg/pesquisa/boas-praticas-em-pesquisa>. Acesso em:

15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Dados de Pesquisa do RI UFSCar.** São Carlos: UFSCAR, 2024. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/fontes-de-informacao/colecao-dados-pesquisa-ri-ufscar>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Agenda Prioritária 2023-2024. Santo André,** SP: UFABC, 2022. Disponível em: [https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/planejamento\\_gestao/agenda\\_prioritaria\\_23\\_24\\_vf.pdf](https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/planejamento_gestao/agenda_prioritaria_23_24_vf.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Ciência Aberta - Repositórios Institucionais da UFABC.** Santo André, SP: UFABC, 2024. Disponível em: <https://propes.ufabc.edu.br/perfis-de-acesso/pesquisador/ciencia-e-dados-abertos/ciencia-aberta-repositorios-institucionais-da-ufabc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Relatório de Gestão UFC 2022.** Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2023. Disponível em: <https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2023/04/relatorio-de-gestao-2022-2023-4-20-revisao-textual-compressed.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional Unifesp PDI 2021-2025.** Versão Atualizada - novembro de 2021. São Paulo: Unifesp, 2021. 3 v. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1SAM67X2eAtBKwLtzuYlw8b-9z7FvK48\\_/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1SAM67X2eAtBKwLtzuYlw8b-9z7FvK48_/view?usp=sharing). Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão 2022.** São Paulo: Unifesp, [2023]. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1itq\\_mEaERpzvmNyb2yFqfq1yceN6kJwe/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1itq_mEaERpzvmNyb2yFqfq1yceN6kJwe/view?usp=drive_link). Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Política de Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PROPGPI-UNIRIO, 2021. Disponível em: <https://www.unirio.br/propg/diretoria-de-pesquisa/politica-de-pesquisa>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE RORAIMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025.** Boa Vista: UFRR, 2021. Disponível em: <https://ufrr.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 15 jan. 2024.